

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA**  
**MODALIDADE À DISTÂNCIA**

**KÁRITA CRISTINA BATISTA LINO**

**AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS FARMACÊUTICOS NA UTILIZAÇÃO E  
ARMAZENAMENTO DE MEDICAMENTOS: UM ESTUDO DE CASO**

**ÁGUA CLARA – MS**

**2016**

**KÁRITA CRISTINA BATISTA LINO**

**AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS FARMACÊUTICOS NA UTILIZAÇÃO E  
ARMAZENAMENTO DE MEDICAMENTOS: UM ESTUDO DE CASO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização de Gestão em Saúde da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial avaliativo.

Orientadora: Cristiane Campos

**ÁGUA CLARA – MS**

**2016**

**AVALIAÇÃO DE UM SERVIÇO FARMACÊUTICO NA UTILIZAÇÃO  
E ARMAZENAMENTO DE MEDICAMENTOS: UM ESTUDO DE CASO**  
*EVALUATION OF A SERVICE PHARMACIST IN USE AND STORAGE OF DRUGS: A  
CASE STUDY*

Kárita Cristina Batista Lino- UEMS  
Cristiane Campos da Silva

**Contato:** Kárita Cristina Batista Lino- (karitacblino@icloud.com)

**RESUMO**

**Introdução:** Para facilitar o acesso da população aos medicamentos distribuídos gratuitamente, foram implantadas farmácias públicas municipais. Neste sentido, é importante a garantia da qualidade dos medicamentos estocados nessas unidades básicas de saúde, tendo em vista que o armazenamento caracteriza-se por um conjunto de procedimentos técnicos e administrativos que vão desde o recebimento, armazenagem, controle do estoque e distribuição. Assim, as propostas de estrutura física adequada de uma farmácia comunitária pública devem ter como objetivo final a promoção ao acesso de medicamentos de qualidade à população usuária, como uma ação em saúde. **Objetivo:** Avaliar um serviço farmacêutico e os desafios encontrados para o adequado armazenamento de medicamentos em uma Farmácia Municipal de Água Clara (MS). **Materiais e métodos:** Foi realizado pesquisa bibliográfica a respeito do tema e um estudo de caso com abordagem descritiva sobre o processo de armazenamento do medicamento na Farmácia Pública de Água Clara/MS. **Resultados:** Os resultados mostraram dificuldades no atendimento nesse Serviço, em virtude principalmente pela falta de estrutura física adequada e de recursos humanos capacitados para um atendimento de qualidade. **Conclusão:** Este trabalho demonstrou as dificuldades relativas à armazenagem dos produtos na Farmácia Municipal de Água Clara-MS, que devem ser vistas como etapas fundamentais de assistência farmacêutica para um controle eficaz que garantem a disponibilidade de medicamentos. Constatou-se, ainda, a necessidade de que os gestores busquem estratégias com propostas de melhor estrutura de armazenagem dos medicamentos para garantir a eficiência das ações propostas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) aos usuários desses serviços, pois a inserção efetiva da assistência farmacêutica é considerada uma ação de saúde.

**Palavras-Chave:** Serviços Farmacêuticos. Medicamento. Armazenamento.

## ***ABSTRACT***

**Introduction:** To facilitate people's access to drugs distributed free, municipal pharmacies were implemented. In this sense, the quality assurance of drugs stocked in these basic health units is important, given that storage is characterized by a set of technical and administrative procedures ranging from the receipt, storage, inventory control and distribution. The proposals of adequate physical structure of a public community pharmacy must have the ultimate goal of promoting the quality of drug access user population as a health action. **Objective:** To evaluate a pharmaceutical service and the challenges for the proper storage of drugs in a Municipal Pharmacy at Água Clara city (MS). **Methods:** We conducted literature on the subject and a case study with descriptive approach to the storage process of the drug in public pharmacy of Água Clara city / MS. **Results:** The results showed difficulties in this public service attendance, mainly due to the lack of adequate physical infrastructure and human resources to quality care. **Conclusion:** This study demonstrated the difficulties relating to the storage of products in the Municipal Pharmacy at Água Clara city (MS), which should be seen as key stages of pharmaceutical care for effective control to ensure the availability of medicines. It was noted also the needs to seeking strategies by managers with proposals for better drug storage structure in order to ensure the efficiency of the actions proposed by the Sistema Único de Saúde (SUS) to the users of these services, because the effective integration of pharmaceutical care as a health action should be considered.

**Keywords:** pharmaceutical service, drugs, storage.

## **INTRODUÇÃO**

O cuidado com os processos de armazenagem de medicamentos é de especial atenção, desde o seu manuseio, recebimento e finalização que demonstra o nível de serviço prestado aos usuários. Tal fato se deve por que o medicamento é um componente fundamental da atenção à saúde, cujas finalidades são profiláticas, curativas e paliativas ou para fins de diagnóstico (BRASIL, 2001).

Assim, a armazenagem de medicamentos é uma das etapas consideradas de grande importância de todo o processo produtivo e logístico, por isso requer cuidados especiais.

As áreas destinadas para o armazenamento do medicamento devem ser suficientes e com capacidade para o estoque ordenado e protegido de variações climáticas. Essas áreas devem ser projetadas e equipadas (JUNIOR e MACEDO, 2012).

A forma de armazenamento dos medicamentos é certamente um dos mais gritantes problemas da Assistência Farmacêutica, tendo em vista que são notórios os desperdícios que ocorrem devido ao não cumprimento das normas e procedimentos de boas práticas de estocagem, falta de infra-estrutura dos locais que os armazenam e conseqüentemente evidências de prejuízos financeiros e porque não dizer danos a saúde da comunidade, pois

tudo isso implica ao não cumprimento do uso racional dos medicamentos. (SEGUNDO, 2007). Sendo assim, a qualidade dos serviços de assistência farmacêutica é merecedora de preocupação, sob a ótica na política de saúde, principalmente quando se fala em utilização de medicamentos, tendo em vista a precária estrutura disponibilizada para armazenamento destes produtos nas Unidades Básicas de Saúde, podendo apontar a má atuação no planejamento na estrutura de armazenagem em farmácias públicas.

Em resposta a tais questionamentos o presente estudo tem o objetivo de avaliar um serviço farmacêutico e os desafios encontrados para o adequado armazenamento de medicamentos em uma Farmácia Municipal de Água Clara (MS).

Os objetivos específicos centram-se em: a) Identificar a qualidade dos serviços na Farmácia Municipal de Água Clara/MSA com relação à estrutura disponibilizada para o armazenamento de medicamentos; b) Avaliar a demanda efetiva desses serviços; c) Descrever a logística de armazenagem do medicamento na Farmácia Pública foco da pesquisa; d) Discutir a importância do planejamento da gestão no que se refere a adequada estrutura, sugerindo, ainda, propostas de melhorias.

A problemática investigada no estudo é saber até que ponto esses problemas relacionados estrutura e falta de pessoal interferem nas boas práticas de armazenamento e distribuição do medicamento pelo Profissional Farmacêutico.

Pauta-se o trabalho na Política Nacional de Medicamentos (PNM), por meio da Portaria GM/MS n. 3916, que garante a necessária segurança, eficácia e qualidade dos medicamentos disponibilizados à população usuária dos serviços públicos e medicamentos considerados essenciais (BRASIL, 2001).

A Metodologia adotada é de pesquisa bibliográfica a respeito do tema e um estudo de caso com abordagem descritiva sobre o processo de armazenamento do medicamento na Farmácia Pública de Água Clara/MS. Segundo Gil (2010) entende que nas ciências, o estudo de caso se refere a um procedimento que hoje, é encarado como o delineamento mais adequado para investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real.

A técnica de coleta de dados constitui-se de observação participante (GIL, 2010), realizada no período de Janeiro e Fevereiro de 2016.

## 2 APRESENTAÇÃO DO CASO

### 2.1 CARACTERIZAÇÃO DA FARMÁCIA MUNICIPAL

O Município de Água Clara situa-se a leste do Estado do Mato Grosso do Sul e dispõe de quatro equipes de Estratégia da Saúde da Família (ESF), um hospital municipal com atendimento 24 horas de urgência e emergência, que atende desde os casos mais simples aos de maior complexidade, e anexo à este se encontra a Farmácia Municipal Adélia Rodrigues disponibilizando medicamentos de atenção básica à população de forma gratuita. Contudo, na farmácia do município, o paciente somente retira a medicação com a devida apresentação da receita médica do Sistema Único de Saúde (SUS).

Desse modo, a Farmácia Municipal de Água Clara faz parte do programa do governo Federal que busca ampliar o acesso da população aos medicamentos essenciais, fazendo parte da política pública com objetivo de ampliar o acesso à medicamentos básicos.

A responsabilidade do pagamento às farmácias populares é da Prefeitura do município, mediante relatório, denominado relatório de dispensação, que deve ser entregue à Secretaria de Saúde da cidade, constando os medicamentos que foram disponibilizados e entregues aos usuários do SUS.

O atendimento na Farmácia de Água Clara/MS é realizado por profissionais Farmacêuticos qualificados, que dão orientações a respeito do correto uso do medicamento aos pacientes

Nota-se que a assistência farmacêutica em Água Clara, realizada pela Prefeitura, procura fazer parte de ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, preconizadas pelo Ministério da Saúde, tendo o medicamento como essencial e através da Farmácia Municipal assegurar “a acessibilidade da população à farmacoterapia de qualidade e contribuir para o uso racional de medicamentos [...]” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009, p.39).

Assim a farmácia busca atender toda a população do município usuária do Sistema Único de Saúde.

### 3 DISCUSSÃO

#### 3.1 PROCESSAMENTO DE PEDIDOS DE MEDICAMENTOS NA FARMÁCIA

O Ministério da Saúde adquire de laboratórios farmacêuticos ou mesmo de setor privado para que sejam disponibilizados para atender uma demanda estratégica dos municípios.

Como a rede farmácias públicas é resultado da parceria do Ministério da Saúde, por meio da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), com Estados, municípios, entre outros. A Fiocruz além de implantar, coordena as farmácias, compra medicamentos, distribui, bem como treina os funcionários (CREMESP, 2006).

De acordo com o Ministério da Saúde (2009) os pedidos de medicamentos, são feitos através de programação para atender a demanda, o que influencia diretamente o abastecimento e o acesso ao medicamento. No âmbito da Farmácia, a programação para pedido dos medicamentos é uma atividade que visa garantir os medicamentos em quantidades adequadas para atender à população do município.

Na Farmácia Municipal de Água Clara, o processamento de pedidos de medicamentos tem sido feito conforme é determinado pelo Ministério da Saúde (2009), através de uma programação, com base no estoque existente, onde é preenchida uma requisição, remetida à Secretaria de Saúde do município, relatando os medicamentos disponíveis e aqueles que precisam ser adquiridos.

No recebimento destes medicamentos, é feito uma conferência, através de relação do que foi solicitado no pedido e o que está sendo recebido.

Porém, na farmácia existem alguns problemas em relação ao envio das informações de solicitação de medicamentos à Secretaria de Saúde, pois a relação tem sido feita de forma desordenada, sem os procedimentos padrões de informação das características dos medicamentos, pelo fato de que a pessoa que tem esta responsabilidade de enviá-la e assiná-la não tem conhecimento técnico nem teórico. Sem qualquer capacitação para essa função, que deveria ser de responsabilidade de um farmacêutico.

Assim nos pedidos de medicamentos, há necessidade de adequar os procedimentos, tendo em vista que as informações sobre medicamentos devem ser feitas com sua denominação comum brasileira, concentração, forma farmacêutica, unidade farmacêutica, entre outras informações necessárias, sendo importante que essa etapa fosse realizada por

profissional capacitado e habilitado para tal, para que possível erro de distribuição como troca de medicamentos possam ser evitados.

“No âmbito das farmácias, as especificações técnicas são relacionadas aos aspectos qualitativos (nomenclatura de acordo com a DCB, forma farmacêutica, concentração, apresentação, validade e condições de conservação dos medicamentos e embalagens, e outras contidas no edital de aquisição). As especificações administrativas referem-se às características quantitativas relativas à conformidade da solicitação em relação ao medicamento recebido, nesse caso, deve-se realizar a contagem física da quantidade recebida em relação à declarada/atendida (BRASIL, Ministério da Saúde, 2009, p. 19).

### 3.2 ESTRUTURA NA ARMAZENAGEM E DISTRIBUIÇÃO

De acordo com o Ministério da Saúde (2009), o armazenamento de medicamentos se refere a um conjunto de procedimentos, técnicos e administrativos, cuja finalidade é assegurar a adequada condição de conservação.

O Armazenamento e distribuição de medicamento possuem procedimentos técnicos e administrativos, além do controle de estoque ainda envolve “recebimento, estocagem, segurança e conservação dos medicamentos” (BRASIL, CNSS, 2007, p.33).

Assim, na área física destinada para esse fim devem existir boas práticas de estocagem e distribuição, para seja garantida a qualidade dos medicamentos desde seu recebimento e a dispensação.

Considerando um gerenciamento adequado na questão de medicamentos é importante para uma prática, que a farmácia municipal adote os seguintes procedimentos:

- a) Cumprimento/adequação do almoxarifado às Boas Práticas de Armazenagem, tais como limpeza e higienização; delimitação dos espaços para adequada estocagem, recebimento e expedição de medicamentos, minimizando o risco de trocas; controle de temperatura e umidade; monitoramento da rede de frio; entre outros.
- b) Qualificação do recebimento de medicamentos, através da melhoria dos processos de conferência dos quantitativos na separação, diminuindo o número de erros no que se referem aos quantitativos, lotes, prazos de validade, etc.
- c) Elaboração de Procedimentos Operacionais Padrão (POP), que descrevam todas as atividades executadas.
- d) Existência de um sistema validado de controle de estoque de medicamentos, que disponibilize informações gerenciais como balancetes, relatórios e gráficos;
- e) Melhoria da capacidade administrativa e de recursos humanos para garantir que todas as atividades sejam desenvolvidas de forma adequada (BRASIL, CNSS, 2007, p.33).



Delimita-se o espaço adequado para a estocagem e distribuição do medicamento, com boas práticas de recebimento e monitoramento do produto, que deve ser guardado dentro das condições recomendadas.

Com relação aos fatores ambientais, são considerados os controláveis, com ação na estabilidade dos medicamentos, ou seja, a temperatura ambiente, a luminosidade e a umidade, tendo em vista que as reações tanto biológicas como químicas aceleram com o aumento desses fatores citados. Outro fator é de validade do medicamento respeitada, assim como a conservação dos mesmos (FARMÁCIA BRASILEIRA, 2014).

De acordo com a Farmácia Brasileira (2014) o controle da temperatura nas áreas de armazenagem é feita por termômetros, com registros diários, pois existem medicamentos sensíveis à ação da temperatura. Os medicamentos precisam ser estocados em locais ventilados.

A alta umidade também pode afetar o medicamento e estabilidade pode desencadear reações químicas e alterar sua consistência. Por isso é recomendável não encostar remédios na parede.

As boas práticas de estocagem do medicamento são requisitos indispensáveis, tendo em vista que os fármacos são produtos de natureza perecível. Por isso a sua distribuição e armazenamento são fundamentais na redução de perdas e gastos desnecessários.

Contudo, a forma de armazenamento de medicamento na Farmácia Pública de Água Clara, ainda encontra problemas que colocam em riscos a qualidade do medicamento.

Ao analisar as condições de armazenamento na Farmácia, foco da pesquisa é notável o não cumprimento das boas práticas de estocagem, dada evidências de desperdícios e falhas em sua rotina de armazenagem e nas condições de estrutura, que acaba gerando desorganização.

É possível perceber, portanto, que há necessidade de mudanças em relação à armazenagem dos produtos que encontram-se em situação inviáveis de estocagem, causando desgastes, inclusive, nos profissionais especializados para atender a demanda dos usuários do SUS que buscam a farmácia municipal.

Tudo isso contraria o objetivo do armazenamento, que é de otimizar o espaço disponível o máximo possível, de maneira que a movimentação seja rápida e de fácil do recebimento e distribuição.

Para a estrutura de armazenagem ainda, existe a falta de aparelhos para controle de temperatura, que merece cuidado especial.

Cabe ressaltar que a Política de Medicamentos, que é parte da Política de Saúde, direcionada pelos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), visa a garantia de medicamentos com qualidade.

Por isso a Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) determina como deve ser a distribuição nos municípios para as farmácias ambulatoriais e a adequada armazenagem.

E com base na CAF é possível determinar como é a construção destinada ao recebimento, estocagem e expedição de medicamentos farmacêuticos, que visa a conservação adequada dos produtos, principalmente o planejamento da organização e espaço físico

De acordo com Segundo (2007) na CAF pode haver riscos de desvios, perdas ou deteriorização, mas existem dois níveis de segurança ambiental voltada à preservação do ambiente interno e externo. Desse modo, à Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) cabe a programação, juntamente com a Comissão Técnica Permanente de Programação, Análise Técnica e Aquisição da Relação Municipal de Medicamentos (PORTARIA/SS/GAB/Nº 275/2009).

### 3.3 ESTRUTURA OPERACIONAL e CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

O Ministério da saúde preconiza que a assistência farmacêutica, como as demais ações da política de saúde tenha aperfeiçoamento contínuo na busca de estratégias no gerenciamento. Dessa forma, seja realizada uma gestão eficiente, desenvolvendo e capacitando os recursos humanos, aliados a estrutura física das farmácias, promovendo o acesso “dos cidadãos a medicamentos de qualidade e às informações necessárias à correta utilização” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009, p.39).

Segundo o Ministério da Saúde, a farmácia pública dispõe de recursos humanos suficientes, para a gestão e para a assistência aos usuários, comprometidos com a organização. Por isso as atribuições e responsabilidades devem estar descritas e compreendidas pelos envolvidos. “A capacitação de todos os funcionários para atuar na farmácia é indispensável e é fundamental que o gestor da saúde e o responsável pela farmácia desenvolvam e mantenham um plano de educação permanente para esses profissionais” (BRASIL, Ministério da Saúde, 2009, p.15).

Tudo isso garante a disponibilidade adequada de medicamentos e qualidade de conservação dos medicamentos. Para que isso ocorra normalmente, é necessário que a estrutura física, equipamentos, mobiliário e pessoal capacitado e treinado estejam adequados à logística assistencial, caso contrario a tendência é acarretar prejuízos posteriores, como a

necessidade de mobilização de espaços físicos adicionais para os medicamentos, entre outras condições de qualidade (FARMÁCIA BRASILEIRA, 2014).

Ao contrário do que é estabelecido em relação à estrutura de farmácias públicas, na Farmácia pesquisada, existe a falta de elaboração da estrutura física que tem gerado desorganização para atendimento aos usuários, verifica-se que além de uma boa estrutura para armazenagem, falta, ainda, estrutura operacional para os próprios recurso humanos profissionais, principalmente no tocante à mobília adequada, como armários, uma sala privativa para o Profissional Farmacêutico, onde se possa ser prestada sua atenção farmacêutica adequada, propiciando uma ambiente discreto e acolhedor aos pacientes.

### 3.4 PRODUTOS REJEITADOS

Com relação aos medicamentos rejeitados ou vencidos, a farmácia pública de Água Clara/MS apresenta outro problema, ou seja, esses produtos ficam armazenados em outro lugar alheio à farmácia, onde quem faz a dispensação é um funcionário sem qualquer conhecimento técnico.

Segundo o Ministério da Saúde (2009, p.21):

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) são os órgãos competentes para orientar, definir regras e regular a conduta dos diferentes agentes, no que se refere à geração e o manejo de resíduos de serviços de saúde, com o objetivo de preservar a saúde e o meio ambiente, garantindo a sua sustentabilidade.

Ressalta-se que esses produtos neste estado representam risco à saúde humana sem adoção do correto procedimentos técnicos

### 3.5 IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO DA GESTÃO PARA A ADEQUADA ARMAZENAGEM

Para que se tenha um planejamento de gestão adequado à armazenagem de medicamentos, se faz necessário a padronização de um fluxo administrativo ágil, simplificado e racional dos processos, e que esse seja de conhecimento de todos os envolvidos, dentro da Farmácia, contemplando as atribuições de todos os setores. Isso proporciona a organização dos serviços prestados aos usuários. Leva-se em consideração, a preocupação com o desenvolvimento de diferentes procedimentos em cada setor da farmácia que devem somar

qualidade (BRASIL, Ministério da Saúde, 2009). Nesse sentido, a confecção de um Manual de procedimentos é uma ferramenta importante para uma normatização dos processos.

Além disso, para que seja alcançado um bom resultado de gestão, é importante construir um planejamento dos objetivos a ser alcançado, visando metas e plano de ação no sentido de garantir medicamentos com qualidade e de forma racional. Nesse sentido, o planejamento passa a ser um instrumento fundamental que possibilita sucesso no atendimento farmacêutico aos usuários do SUS.

#### 4. PROPOSTA DE MELHORIAS

O Ministério da saúde dá sugestões de como deve ser a área física de uma farmácia ambulatorial, assim como a distribuição da Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) ou mesmo depósitos centrais nos municípios. Além disso, estabelece de mecanismos que permitem uma contínua atualização da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - RENAME, um instrumento imprescindível de ação do SUS, tendo em vista que contempla um elenco de produtos necessários a saúde dos usuários da Farmácia Municipal. (BRASIL, 2009). Trata-se, portanto, de meio fundamental para orientar a padronização, quer da prescrição, quer do abastecimento de medicamentos, no âmbito do SUS, (BRASIL, 1998).

Há necessidade, portanto, de que seja adotado na Farmácia Popular do município de Água Clara, o que realmente preconiza o Ministério da Saúde, em relação à prática de armazenagem e distribuição. Também é preciso ser considerado a adoção da Relação Municipal de Medicamentos (REMUNE) para melhor organização na solicitação de medicamentos, com vistas a minimizar os problemas atuais existentes na farmácia.

São, portanto, diferentes mecanismos e articulação de conhecimentos relacionados ao gerenciamento da gestão na farmácia municipal.

O que se propõe ainda é a promoção de educação continuada de profissionais de saúde em atenção farmacêutica para melhor uso de medicamentos e manejo dos produtos, onde as informações adequadas serão disseminadas, com orientações adequadas ao uso do medicamento.

Propõe-se ainda, discussões juntamente com Gestor de Saúde Municipal, Conselho de saúde e Profissionais da área para que sejam elencados os problemas identificados com a realização da pesquisa e com implementação de mudanças, priorizando uma linha de planejamento técnico para solução dos problemas, com espaço para opiniões de outros profissionais da área de saúde, entrevistas com Médicos, direção clínica do hospital e

pesquisas de satisfação de pacientes, entre outros, pois sabe-se que o monitoramento contínuo e avaliação de programas fazem parte do planejamento e da organização do sistema de saúde.

## CONCLUSÕES

A pesquisa abrangeu diversos aspectos relativos aos serviços farmacêuticos quanto a utilização e armazenamento de medicamentos, onde ficou comprovado que estes serviços farmacêuticos no SUS têm a finalidade de propiciar o acesso qualificado aos medicamentos disponibilizados e considerados essenciais aos usuários da rede pública.

Buscou-se na literatura, por meio de diversos autores, fundamentação para os fatores que envolvem o tema voltado aos serviços farmacêuticos na Farmácia pública, tendo como foco o município de Água Clara/MS, em que foi considerada falta de planejamento para o armazenamento e distribuição dos medicamentos, no entanto, foram propostas mudanças para solução do problema.

A problemática foi investigar até que ponto os problemas identificados pela falta de adequada estrutura de armazenamento interferem no trabalho do profissional farmacêutico, sendo assim, ficou constatado que interfere muito na rotina de seu trabalho, principalmente que na farmácia existem outros profissionais não habilitados e que realizam o manuseio dos medicamentos, bem como a sua armazenagem e distribuição, sem qualquer conhecimento específico. Além disso ainda com relação à estrutura operacional, carece de mudanças para melhor adequação de atendimento de qualidade aos usuários.

Dessa forma, acredita-se que o objetivo do estudo foi alcançado, tendo em vista que foram elencados alguns aspectos importantes e os desafios enfrentados para o adequado armazenamento de medicamentos na Farmácia Municipal de Água Clara- MS.

Constatou-se, ainda, a necessidade dos gestores buscarem estratégias com propostas de melhor estrutura de armazenagem dos medicamentos visando garantir a eficiência das ações propostas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) aos usuários desses serviços, pois a inserção efetiva da assistência farmacêutica é considerada uma ação de saúde.

Espera-se que as equipes responsáveis pela Central de Abastecimento Farmacêutico revejam também os aspectos de Boas Práticas de armazenagem e distribuição para a Farmácia pública, assumindo também co-responsabilidade na distribuição dos medicamentos, de forma que as unidades básicas os recebam em boas condições de utilização.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Medicamentos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BRASIL, Ministério da Saúde. **O SUS no seu município Garantindo saúde para todos**. Série B. Textos Básico de Saúde. 2 ed. Brasília, DF, 2009.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Diretrizes para estruturação de farmácias no âmbito do Sistema Único de Saúde**. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Brasília – DF 2009. Disponível em: <http://www.cff.org.br/userfiles/40%20-%20BRASIL%20MINIST%C3%89RIO%20DA%20SA%C3%9ADE%202009%20Diretrizes%20para%20Estrutura%C3%A7%C3%A3o%20de%20Farm%C3%A1cias%20no%20Ambito%20do%20SUS.pdf>. Acesso em: 01/03/2016.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.916, de 30 de outubro de 1998**. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt3916\\_30\\_10\\_1998.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt3916_30_10_1998.html). Acesso em: 01/03/2016.

BRASIL Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Assistência Farmacêutica no SUS / Conselho Nacional de Secretários de Saúde**. – Brasília : CONASS, 2007.

FARMÁCIA BRASILEIRA. **Armazenamento de Medicamentos: Parte 1**. Disponível em: <http://farmaciabrasileira.blogspot.com.br/2014/02/armazenamento-de-medicamentos-parte-1.html>. Acesso em: 02 mar. 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JUNIOR, S.; MACEDO, Sonja: **Logística Farmacêutica Geral da teoria à Prática**. Contento, 2012.

MARIN, N. et al. (Org.). **Assistência farmacêutica para gerentes municipais**. Rio de Janeiro: OPAS, 2003, 334 p.

SEGUNDO, O. G. **Condições de Armazenamento dos medicamentos da Central de Abastecimento Farmacêutico e das Unidades Básicas de Saúde do Município de Jaguaratama**. 2007.45f. Monografia de Conclusão de Curso (especialização) - Escola de Saúde Pública do Ceará, Especialização em Assistência Farmacêutica, Ceará. Disponível em: . file:///D:/Downloads/olivania-goncalves-segundo.pdf. Acesso em: 04/03/2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2008.